

Relatório de Auditoria Interna

Relatório nº: 3/2025 - AUDGE/RE/IFRN

Ação extra do PAINT/2024: Orçamento (controles)

Unidades Auditadas:

- PROAD (Pró-Reitoria de Administração)
- PRODES (Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional)





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
REITORIA

Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol, NATAL / RN, CEP 59015-300

Fone: (84) 4005-0768, (84) 4005-0750

Relatório de Auditoria 3/2025 - AUDGE/RE/IFRN

27 de março de 2025

NATUREZA DA AÇÃO	AVALIAÇÃO
Extraordinária	Orçamento
Período de Realização	12/06/2024 a 21/03/2025
Unidades Auditadas	PROAD; PRODES

1. INTRODUÇÃO

Em estrito cumprimento à Ordem de Serviço 8/2024 - AUDGE/RE/IFRN, de 11/06/2024, a Auditoria Interna vem apresentar os resultados da ação de avaliação que teve como objetivo geral avaliar os controles internos relacionados ao orçamento no IFRN, a fim de dar subsídios para elaboração do parecer das contas da auditoria. Para alcançar esse objetivo, foram definidos os seguintes específicos:

- Compreender se o processo orçamentário e financeiro (desde o planejamento até a execução e prestação de contas) está em conformidade com a legislação vigente;
- Verificar a publicação da prestação de contas do IFRN no Portal institucional (relatório de gestão; demonstrativos contábeis; notas explicativas; rol de responsáveis).

Importante mencionar que a auditoria nessa área foi realizada de forma extraordinária, não estando incluída no Plano Anual de Atividades de Auditoria para o exercício de 2024.

Para viabilizar essa ação foram utilizadas as técnicas de indagação oral e escrita realizados junto à Pró-Reitoria de Administração (PROAD) e à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODES). A auditoria ficou sob a responsabilidade dos auditores integrantes do Núcleo Reitoria de Auditoria Interna. Para a sua realização foi dispendido um quantitativo de 460 horas de trabalho, ao longo do período compreendido entre 12 de junho de 2024 e 21 de março de 2025.

Ressalta-se que nenhum obstáculo foi imposto à realização dos trabalhos de auditoria e que o objetivo almejado na auditoria em apreço foi plenamente atendido, como restará evidenciado no relato que se segue. A ação foi empreendida em estrita observância às normas que orientam o exercício da atividade de auditoria interna governamental.

2. ESCOPO

A execução aconteceu no âmbito da Pró-Reitoria de Administração (PROAD) e da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODES). O período analisado correspondeu aos exercícios de 2021 a 2023.

3. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA PARA AS ANÁLISES

Os documentos que serviram de parâmetro para as análises empreendidas no curso da auditoria foram:

- Lei nº 4.320/1964;
- Instrução Normativa 84, de 2020, do TCU;
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – Manual de procedimentos contábeis orçamentários na 10ª edição.
- Portaria nº 3 - SPO/SE/MEC, de 10 de dezembro de 2021;
- Lei nº 14.303/2022;
- [Lei nº 14.535/2023](#);
- Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2026.

4. METODOLOGIA APLICADA NOS EXAMES

4.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Para a consecução dos exames cujos resultados são relatados neste documento, trilhou-se o seguinte percurso metodológico:

1. Informação à gestão institucional acerca do início dos trabalhos de auditoria;
2. Aplicação de procedimentos e técnicas de auditoria (exame de registros, análise documental, correlação de informações, etc.);
3. Aplicação de questionário;
4. Indagação oral aos auditados;
5. Elaboração de relatório a partir dos resultados das análises;
6. Encaminhamento do relatório de auditoria para a revisão por parte de auditor previamente definido, bem como para supervisão por parte da Chefe da Auditoria Interna;
7. Disponibilização do relatório à gestão máxima do IFRN e responsáveis pelos setores diretamente envolvidos com a temática objeto de análise.

4.2 TÉCNICAS DE AUDITORIA

No desenvolvimento da ação recorreu-se às seguintes técnicas de auditoria:

- a. *Análise documental*: análise das manifestações dos auditados aos questionamentos da Auditoria Interna;
- b. *Exame de registros*: verificação das informações publicadas nos sites eletrônicos do IFRN;
- c. *Indagação escrita*: Envio de questionários para a PROAD/RE e PRODES/RE;
- d. *Indagação oral*: Realização de reunião presencial.

5. QUESTÕES DE AUDITORIA

Nesse quesito foram elencadas as questões de auditoria (algumas aglutinadas por tema) e os posicionamentos da Gestão acerca dos questionamentos.

5.1 Questão de Auditoria

- Existem ferramentas de controle formalizadas (manuais de procedimentos/instruções de trabalho) referentes ao processo de descentralização orçamentária? Cite exemplos.

5.1.1 Posicionamento do Gestor

Em resposta ao questionamento acerca da existência de ferramentas de controle formalizadas (manuais de procedimentos/instruções de trabalho) referente ao processo de descentralização orçamentária, a Pró-Reitoria de Administração informou “*Não. A execução das movimentações de créditos orçamentários segue normativos da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação – SPO/MEC e da Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento – SOF/MPO.*”

5.2 Questão de Auditoria

- O orçamento geral é submetido à aprovação de instâncias superiores? Quais?

5.2.1 Posicionamento do Gestor

A Pró-Reitoria de Administração informou que “*o orçamento geral é inicialmente discutido tecnicamente a partir de um Comitê Permanente de Orçamento - CPO, e em seguida ouvido os conselhos do Colégio de Dirigentes – CODIR, compostos pelos Diretores Gerais de cada campi e os diretores sistêmicos da Reitoria.*”

5.3 Questão de Auditoria

- A distribuição interna do orçamento utiliza critérios objetivos? Se sim, exemplifique quais os critérios.

- Exemplifique quais os critérios utilizados para a distribuição interna do orçamento (inserir documentos comprobatórios). Expor as dificuldades encontradas durante o processo, se houver.

- Discorra sobre a importância do PI - Plano Interno para a gestão do orçamento.

5.3.1 Posicionamento do Gestor

A Pró-Reitoria respondeu que “*sim, a distribuição interna leva em consideração a quantidade de matrículas, os cursos de cada unidade, o tempo de construção dos prédios. Uma parte do orçamento é destinado para a Reserva Técnica com o objetivo de mitigar impactos com bloqueios ou cortes orçamentários e situações emergenciais de difícil previsibilidade. Hoje, cerca de 75% do orçamento de custeio recebido vai para os campi custearem suas despesas. 4,5% fica para custeio do funcionamento da Reitoria e o restante vai para ações sistêmicas capitaneadas por Pró-reitorias e Diretorias Sistêmicas da Reitoria, mas com aplicação nos campi. Dos 75% que se destinam aos campi, o principal critério hoje utilizado de distribuição entre eles é o da matriz conf.*”

Em relação ao Plano Interno (PI) informou que “*é um código que inserimos em toda nota de empenho. Ele é fundamental para o acompanhamento da divisão interna do orçamento pois é o único código que nosso órgão tem liberdade pra criar carimbos sobre a origem interna dos recursos. Através desse código que acompanhamos se cada ação sistêmica está sendo executada dentro dos limites aprovados para o exercício. O Governo Federal nos permite extrair a execução orçamentária do órgão como todo através do sistema chamado "Tesouro Gerencial". A extração sempre se dá com banco de dados do dia anterior. Desta maneira, a Administração do IFRN consegue acompanhar a execução sempre com esse "delay" de um dia. O IFRN realiza a criação dos códigos de Planos Internos e seu cadastramento no SIAFI de acordo com as regras estabelecidas na [PORTARIA Nº 3 - SPO/SE/MEC, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021](#), que instui o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Custos para as unidades orçamentárias e gestoras do Ministério da Educação, no qual disciplina que dos 11 (onze) caracteres de formação do PI, os nono e décimo caracteres são codificações de livre escolha da unidade, de forma a atender às suas necessidades e características específicas, e que o IFRN utiliza como centro de custos relacionados a cada Macroprocesso. Os PIs do IFRN vinculados aos recursos orçamentários para o exercício de 2025 estão descritos na planilha [LISTA DE PIS –2025](#).*”

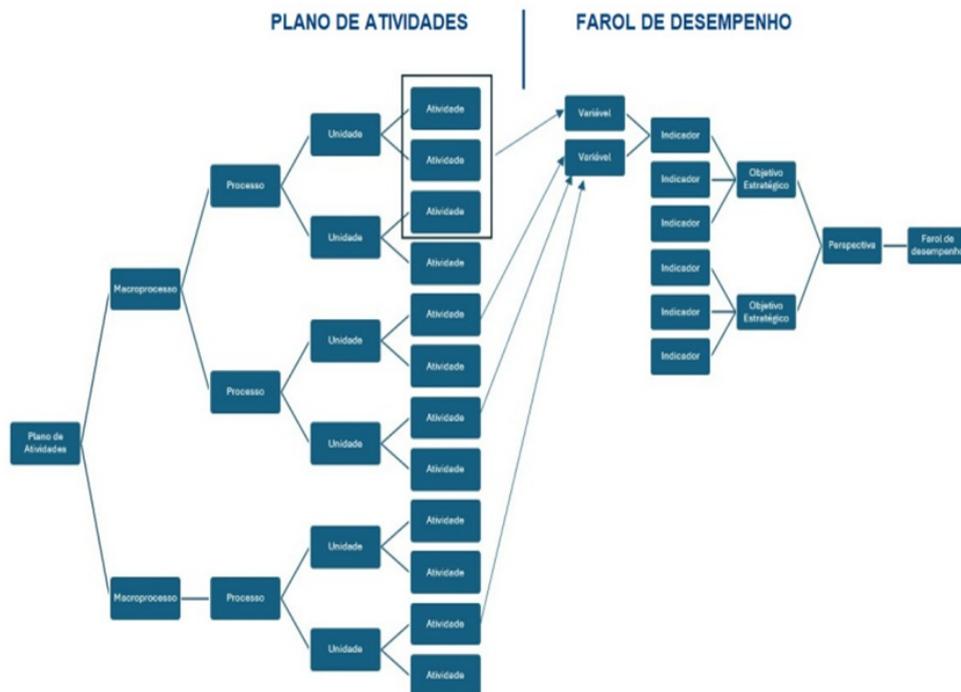
5.4 Questão de Auditoria

- Os indicadores de acompanhamento da execução do orçamento estão atualizados? Se sim, com base em qual documento ?

- Apresente o fluxo do farol de desempenho x planos de atividades, bem como a planilha com os macroprocessos e respectivos processos.

5.4.1 Posicionamento do Gestor

Em resposta a esse quesito, foi informado que os “*dados de indicadores sobre a execução orçamentária são atualizados através do Farol de Desempenho no Suap, na perspectiva orçamento e nos objetivos estratégicos “Ampliar a captação de recursos extraorçamentários” e “Garantir a eficiência do gasto público”. O Farol de Desempenho é atualizado automaticamente a partir da extração de relatórios no Tesouro Gerencial.*” A figura abaixo demonstra o fluxo do farol de desempenho x plano de atividades apresentado.



Fonte: PROAD/RE

5.5 Questão de Auditoria

- A Pró-Reitoria monitora as metas físicas e financeiras estabelecidas nos orçamentos anuais? Se sim, de que forma?

5.5.1 Posicionamento do Gestor

A Pró-Reitoria de Administração afirma que “semestralmente a SPO/ME solicita a apresentação de informações quanto ao acompanhamento físico-financeiro, das metas físicas e financeiras das Ações, através de uma janela de trabalho no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOF, módulo “Acompanhamento Orçamentário”. A primeira solicitação (mês de julho) corresponde ao primeiro semestre do exercício, a segunda solicitação (mês de janeiro) corresponde a todo o exercício. Nesse momento a Pró-Reitoria de Administração abre processos administrativos solicitando informações aos demais setores sistêmicos sobre o físico executado e principais resultados alcançados, assim como possíveis limitadores para o não alcance da meta.”

5.6 Questão de Auditoria

- A alocação de recursos está alinhada com as prioridades estratégicas da organização?

- A gestão orçamentária está contribuindo para o alcance dos objetivos institucionais? Cite exemplos.

5.6.1 Posicionamento do Gestor

“A destinação dos recursos está alinhada com os objetivos e projetos estratégicos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-2026.”

Quando questionada sobre a gestão orçamentária contribuir para o alcance dos objetivos institucionais, a gestão informou que “sim, a gestão orçamentária está presente nos objetivos estratégicos “Ampliar a captação de recursos extraorçamentários” e “Garantir a eficiência do gasto público” e nos Projetos estratégicos “Mapeamento de atividades com potencial de captação de receita própria” e “Otimização dos gastos com contratos continuados” do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-2026. A Gestão Orçamentária contribui no controle para uma distribuição de recursos mais equilibrada e equitativa entre os Campi, com o foco no essencial para o funcionamento das unidades, orientando na tomada de decisão para que escolhas equivocadas na destinação de recursos não resultem na continuidade de serviços básicos para a manutenção das atividades acadêmicas e administrativas. A Gestão Orçamentária contribui na prestação de contas e transparência em relação a execução da proposta orçamentária anual e no seu alinhamento a LOA para o exercício. Também colabora no controle de projetos em parcerias com outras instituições envolvendo a movimentação de recursos, seja como parte concedente ou como parte recebedora de recursos. A Gestão Orçamentária ajuda na correta destinação de créditos orçamentários e na certificação da dotação para as diversas atividades demandas pelos setores que envolvem de despesas, tendo como base a proposta orçamentária anual (plano de ação do exercício) e planejamento estratégico (PDI 2019-2026).”

5.7 Questão de Auditoria

- Há transparência na gestão dos recursos financeiros? Em caso positivo, apresentar documentação comprobatória.

5.7.1 Posicionamento do Gestor

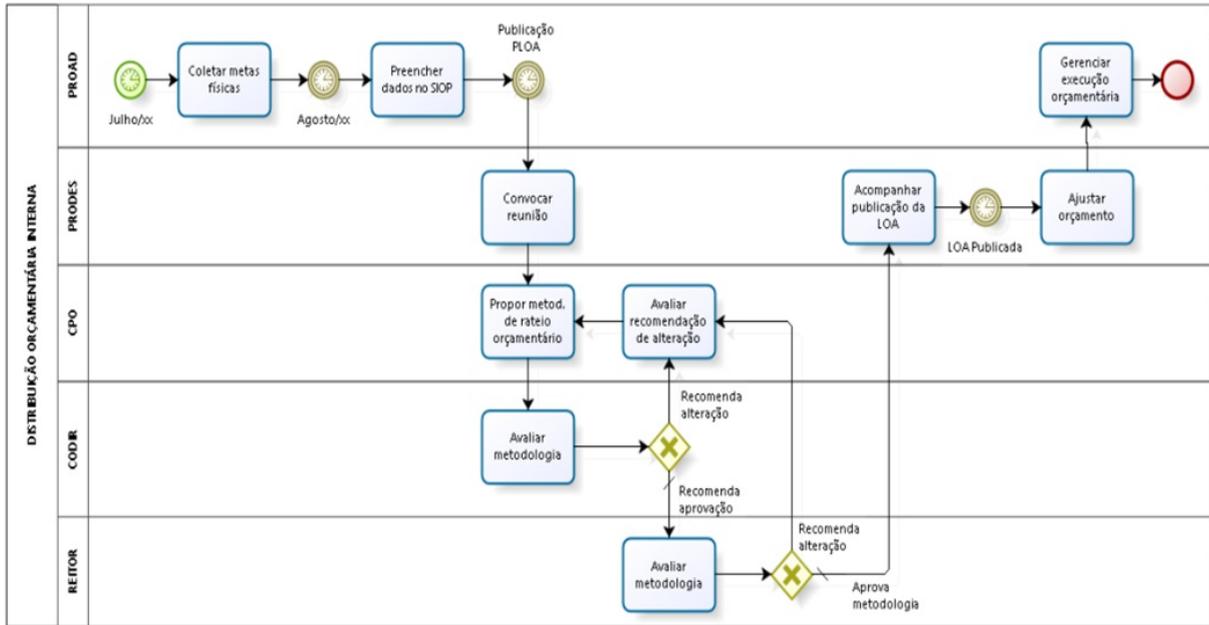
“Uma vez que o orçamento é todo executado dentro do sistema do Governo Federal chamado SIAFI, tudo que é lançado lá é possível de ser monitorado por toda população através do portal da transparência do Governo Federal. Além disso, aqueles que possuem acesso ao Tesouro Gerencial tem livre acesso a acompanhar a execução orçamentária de qualquer órgão Federal.”

5.8 Questão de Auditoria

- Explique o fluxo do processo de orçamento e planejamento dos setores PROAD e PRODES e as respectivas funções que desempenham nesse trâmite, bem como o papel de comitês e comissões envolvidos. Inserir documentos comprobatórios (fluxogramas e planilhas de controle).

5.8.1 Posicionamento do Gestor

Figura 02 – Fluxo do processo



Fonte: PROAD/RE

“O Ministério da Educação atua junto à Secretaria de Orçamento do Governo Federal na construção do orçamento relativo à educação. O IFRN participa desse processo informando, por meio do SIO (Sistema Orçamentário), as metas físicas a serem alcançadas no ano seguinte. No momento em que são definidos os valores que comporão o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA), geralmente no fim de agosto de cada ano, esse valor é rateado entre as unidades da Rede Federal de Educação com base em um critério chamado "matriz CONIF". Essa matriz leva em consideração o número de matrículas de alunos, a evasão, entre outros fatores. Após a aplicação da matriz, o IFRN inicia seus trâmites internos para a definição do orçamento a ser praticado. Neste momento, a PRODES convoca a reunião do Comitê Permanente de Orçamento (CPO) do IFRN para tratar sobre os critérios internos de rateio. Essa é uma etapa crucial, pois, além dos 22 campi, ainda há 12 diretorias sistêmicas na Reitoria que possuem parcelas do orçamento a executar. Após definidos os critérios internos de distribuição do orçamento, o material final é encaminhado para que o Reitor discuta o tema no Colégio de Dirigentes (CODIR). Após essa discussão, a proposta do CPO é aprovada ou rejeitada pelo Reitor. Caso seja rejeitada, a matéria retorna ao CPO para os ajustes que forem apontados. Uma vez aprovada, a definição dos critérios de distribuição fica no aguardo de a PLOA se transformar em LOA no Congresso Nacional, o que nem sempre ocorre de forma ágil. Não raro, o Congresso atrasa a votação, de forma que o ano de execução começa sem que a LOA tenha sido aprovada. Quando a PLOA se transforma em LOA, também pode ocorrer de haver mudanças na proposta original. O CPO analisa se a mudança foi substancial a ponto de necessitar que os critérios de rateio sejam revistos. Caso não seja necessário revisão, o orçamento do IFRN segue para execução normal. Os orçamentos são distribuídos entre os campi. O valor que fica na Reitoria é utilizado tanto para o custeio do próprio prédio quanto para a execução durante o ano pelas Diretorias Sistêmicas.”

5.9 Questão de Auditoria

- Explique sobre a nova funcionalidade do SUAP para execução orçamentária, inclusive o que promoveu de melhorias no controle.

5.9.1 Posicionamento do Gestor

Quanto à nova funcionalidade do Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP, no âmbito do IFRN, a gestão respondeu que “o processo de planejamento tático e operacional (plano de atividades) envolve a identificação de todas as atividades que serão realizadas durante o exercício anual. Essas atividades estão associadas a um determinado "processo" vinculado a um macroprocesso, e são nessas atividades que se apropriam as previsões de uso dos recursos orçamentários disponíveis (Origens de Recursos). Ocorre que, quando se inicia o exercício financeiro, muitas vezes se verificam, por parte dos gestores de macroprocessos a necessidade de "ajustes finos" entre valores de atividades de um processo ou até mesmo entre diferentes processos daquele macroprocesso para uma determinada unidade administrativa. Ocorre também o fato de que muitas vezes o gestor de macroprocesso realizada o planejamento dos seus recursos sistêmicos de forma centralizada na sua unidade sistêmica, e somente durante o ano se identificam as demandas de redirecionamento para os campi (muitas vezes depois de resultados de editais de projetos de ensino, pesquisa ou extensão). Assim, esses "ajustes" entre valores de atividades podem transitar entre processos e/ou unidades administrativas e/ou macroprocessos, e são procedidos operacionalmente no Sistema através de Requisição de Realocação, a qual permite que uma atividade passe a ter um novo valor disponível (pós-planejamento), que pode ser maior ou menor que o valor originalmente planejado. Esse mecanismo proporciona uma adequação do planejamento à realidade dos fatos que somente vão se concretizando à medida que as ações efetivas da instituição vão ocorrendo, e garante o

controle dos recursos totais disponíveis pelos registros dessas requisições de realocações, que somente são deferidas se as atividades de origem dos recursos tiver ainda saldos suficientes para a transação.

A execução físico-orçamentária será operacionalizada e acompanhada diretamente no SUAP através de funcionalidades de emissão de requisições pelos usuários (gestores sistêmicos e quaisquer coordenadores ou diretores das unidades). Essas requisições são vinculadas automaticamente às disponibilidades orçamentárias planejadas, garantido que somente serão movimentados e executados os valores restritamente dentro das disponibilidades. As movimentações de crédito serão procedidas a partir de requisição de movimentação, e a emissão de empenho será procedida a partir da emissão de requisição de dotação de despesa, cujo CDO será emitido automaticamente pelo sistema. O sistema aferirá automaticamente com o SIAFI se a requisição foi atendida. Para que seja possível ajustes finos necessários por eventuais situações que somente se consolidam durante o ano, será possível a emissão de requisição de realocação, que poderá ser feita entre atividades, macroprocessos e até entre unidades, desde que as atividades envolvidas se refiram à mesma origem de recursos (PTRES e GND iguais).

Os benefícios são relacionados à garantia de que todas as demandas atendidas (sejam de movimentação de crédito da reitoria para os campi, sejam de execução dos recursos tanto pela reitoria quanto pelos campi) estarão respeitando rigorosamente os limites orçamentários planejados no plano de atividades pelas diversas unidades administrativas do IFRN, inclusive já se considerando nesses limites os eventuais ajustes também procedidos no sistema pelos gestores e executores desses recursos através dos procedimentos de requisições de realocações. Hoje, esses controles são realizados através de planilhas e centralizados na Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PRODES), para que se tenha um mínimo de controle e não ocorra reduza o risco de execução de alguma fração do orçamento para além do limite planejado, se for considerado apenas os controles pulverizados que cada gestor de macroprocesso faz de forma independente. Isso causa um excesso de burocracia nos processos administrativos e acúmulo de trabalho de natureza puramente operacional na PRODES.

Outro benefício é o fato de que os documento de certificações de dotação orçamentária (CDO), necessários constarem em cada um dos processos administrativos que demande qualquer execução da dotação orçamentária serão gerados automaticamente no atendimento a cada requisição de provisão de dotação emitida no sistema, causando uma economia de tempo e procedimento de verificações de códigos de atributos de referência da dotação a ser executada existente no SIAFI, uma vez que essas requisições no SUAP já estarão automaticamente vinculadas a essas frações orçamento referenciadas. Hoje os CDO são elaborados manualmente em documento eletrônico no SUAP, após as verificações e pesquisas nos controles em planilhas quanto à disponibilidade do recurso orçamentário requerido, para só depois ser anexado ao processo administrativo.

Por fim, o benefício final será a capacidade que o sistema irá proporcionar aos gestores do IFRN, sobretudo aos responsáveis pelas pastas políticas sistêmicas e diretores, o poder de análise e providências tempestivas com base em um cenário atualizado e real da execução orçamentária e financeira de todas atividades planejadas nos processos e macroprocessos na sua unidade administrativa de gestão, permitindo mais assertivamente a implementação de ações corretivas no processo decisório de gestão. Também será muito importante para a elaboração do relatório de gestão anual que o IFRN precisa entregar ao órgão de controle TCU e divulgar a toda a sociedade, uma vez que os dados orçamentários e financeiros já estarão sempre prontos e atualizados, as informações contidas em todas as requisições guardam uma relação direta com a execução física de todos os processos e macroprocessos executados no ano por todas as unidades administrativas do IFRN, o que se configura numa base de dados importantíssima para a análise crítica e o relato a ser produzido no relatório de gestão.”

6. ANÁLISE DA AUDITORIA

A seara que alberga a temática dos controles internos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) constitui um dos objetos de acompanhamento da Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG), de modo que o presente relato possui o escopo de avaliar a dinâmica dos controles internos utilizados pela Pró-Reitoria de Administração (PROAD/RE) para efetivar o controle orçamentário.

Nesse diapasão, a PROAD/RE relatou a UAIG¹ a logística que rege a elaboração das principais informações contábeis e financeiras, os tipos de controles adotados por essa unidade educacional no tocante à distribuição orçamentária entre os *campi* e Reitoria, bem como os critérios para realizar a divisão.

A partir dos encaminhamentos da PROAD/RE foi possível concluir que internamente o IFRN não emitiu documento regulatório específico para disciplinar o tema do controle orçamentário, em que pese seguir regras para a movimentação de créditos orçamentários da *Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação – SPO/MEC* e da *Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento – SOF/MPO*.

No âmbito interno, o Comitê Permanente de Orçamento (CPO) do IFRN propõe a divisão do montante orçamentário com base em critérios técnicos objetivos fixados pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), para toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Isso posto, são considerados nesse processo critérios como o número de matrículas, os cursos de cada unidade, se há *campi* com unidades produtivas, dentre outros. Após o posicionamento do CPO, o Colégio de Dirigentes (CODIR), composto pelos Diretores-Gerais de cada campus, pelo Reitor e pelos diretores sistêmicos da Reitoria, analisa a proposta com o fito de firmar um consenso acerca da proposta de rateio.

Importante mencionar que a CPO se reúne regularmente para tratar sobre o orçamento, bem como apresenta ao Colégio de Dirigentes (CODIR) sobre o andamento da execução e que feedbacks sobre a execução orçamentária são recebidos e analisados mediante a sua ocorrência.

Soma-se ao conjunto de instrumentos de controle da execução orçamentária no IFRN, o Plano Interno (PI), código que é inserido em toda nota de empenho e possui a característica de vincular a origem interna dos recursos, facilitando o mapeamento da verba. Destarte, mediante o PI se efetiva o controle do progresso referente à execução orçamentária, inclusive se os limites aprovados são respeitados consoante estabelecido entre os *campi* e Reitoria.

No que toca ao controle das metas físicas e financeiras postas nos orçamentos anuais, o IFRN tem o ônus de apresentar semestralmente à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) o andamento da execução inicialmente planejada. O processo é concretizado através do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), especificamente no módulo Acompanhamento Orçamentário que permite a prestação de contas do físico executado e dos principais resultados alcançados, bem como possíveis limitadores para o não alcance da meta.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/IFRN 2019-2026) fixa os parâmetros de alinhamento a serem observados, estabelecendo objetivos estratégicos agrupados em 4(quatro) perspectivas, as quais são inseridas no Farol de Desempenho para permitir o acompanhamento do alcance desses objetivos estratégicos, mormente, com o auxílio dos indicadores de desempenho implementados no IFRN.

Nesse diapasão, o Farol de Desempenho proporciona uma verificação da evolução dos objetivos de um modo mais paralelo à execução. Ademais, esse instrumento contribui com a transparência ativa do IFRN, pois permite ao público interno e externo o acesso imediato aos dados desta autarquia educacional, os quais revelam a desenvoltura em cada perspectiva do PDI.

Apesar dos benefícios alcançados com a utilização do Farol de Desempenho, principalmente para os servidores do IFRN que podem identificar rapidamente na

página inicial do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) o link de acesso ao Farol de Desempenho², a comunidade externa não tem essa mesma comodidade. Essa fragilidade é um pouco diminuída através do portal do IFRN que até possibilita o acesso aos dados pela comunidade externa, contudo a ferramenta é pouco divulgada no site institucional para a sociedade.

Ainda com relação à publicidade pertinente ao quesito demonstrações contábeis, há alguns problemas que merecem a atenção dos gestores do IFRN. Nota-se que são indispensáveis a visibilidade e o acesso facilitado às informações correlatas às demonstrações contábeis, haja vista que a necessária ação de inserção e disponibilidade de referenciados dados na aba de Transparência e Prestação de Contas não está sendo realizada de forma tempestiva pela PROAD/RE. A última alimentação da aba que traz as demonstrações contábeis, no site institucional, apresenta informações do exercício de 2022.

Há um aspecto importante a ser destacado com relação ao controle da execução no IFRN: trata-se do aprimoramento da estrutura de monitoramento para alcançar seus objetivos operacionais e a conformidade com preceitos do ordenamento jurídico pátrio. Desta feita, para atingir suas metas, a unidade educacional lançou, no SUAP, uma aba específica que exige um plano de atividades com a identificação de todas as ações que serão realizadas durante o exercício civil. Essa sistemática permite estreitar o controle entre os objetivos estratégicos com as 4 (quatro) perspectivas utilizadas pelo IFRN para acompanhar a apropriação das previsões de uso dos recursos orçamentários disponíveis (Origens de Recursos).

Por se tratar de um planejamento, podem ser necessários ajustes no decorrer da execução orçamentária, a qual foi inicialmente fixada com os parâmetros divisórios aprovados pelo Reitor, após ouvir os espaços de consulta. Ocorrendo essa necessidade, a PROAD/RE também realiza no SUAP procedimentos de realocação de verbas ensejando a modificação do valor disponível (pós-planejamento), para promover a devida adequação com os fatos contábeis modificadores concretizados no exercício.

Ainda é possível mencionar como prática de controle interno utilizado pelo IFRN, a fixação da regra que estabelece a utilização obrigatória de Certificado de Dotação Orçamentária (CDO). Essa medida determina que é preciso a existência de uma CDO, emitido pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODES), para cada processo administrativo que demande execução orçamentária, de sorte que também otimiza o controle pelo IFRN.

Por fim, destaca-se que a Pró-Reitoria realiza treinamentos esporadicamente a partir da provocação da equipe técnica dos *Campi* quando ocorre mudanças na legislação e nos sistemas para movimentação de créditos orçamentários ou consultas gerenciais.

7. CONSTATAÇÃO

<i>Constatação</i>	<i>Causa</i>	<i>Critério</i>	<i>Recomendação</i>
Ausência de alimentação tempestiva do site institucional, na aba correspondente às demonstrações contábeis.	Falha nos controles internos, quanto ao acompanhamento da publicação das informações relativas às demonstrações contábeis no site institucional	Art 8, da Instrução Normativa nº 84/2020 TCU	Recomenda-se atualizar o site institucional, na aba correspondente a demonstrações contábeis, a partir do exercício de 2021.

8. CONCLUSÕES

Com fundamento nas evidências e posicionamentos trazidos pela PROAD, identifica-se que apesar do aprimoramento das estruturas de controles internos estabelecidos pela entidade para o alcance dos objetivos operacionais, não há normativo específico que melhor discipline a realidade local. Entretanto, o IFRN vem concretizando medidas para aprimorar o controle interno relacionado ao acompanhamento da execução orçamentária, mormente com o auxílio de ferramentas do sistema SUAP que otimizam o controle, o que pode ser mencionado como uma boa prática relacionada ao setor.

A existência de comitê específico para apresentar uma proposta de divisão do orçamento, bem como a submissão ao CODIR, antes da aprovação pelo Reitor, contribui para um processo democrático e participativo que garante a contribuição de várias instâncias no desenlace da repartição orçamentária interna.

A utilização do CDO para monitorar a execução das verbas classificadas para cada perspectiva com base no PDI configura-se como ferramenta eficaz no controle orçamentário. Ademais, a adoção de critérios objetivos de repartição orçamentária entre os *campi* com fundamento na matriz orçamentária fixada pelo CONIF auxilia no próprio controle social.

É importante advertir que no tocante ao quesito da publicidade das demonstrações contábeis há algumas ponderações necessárias que exigem um olhar mais atento, por parte do IFRN. Visto que apesar da disponibilidade de algumas demonstrações contábeis no site institucional, nem todos os dados estão apresentados de forma tempestiva na aba da Transparência e Prestação de Contas. Essa situação entra em rota de colisão com a Instrução Normativa IN 84/2020, exarada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), e compromete a conformidade de uma prestação de contas adequada.

Destarte, apesar do registro de avanços nos controles realizados pelo IFRN para acompanhar a execução orçamentária, há medidas que ainda precisam ser adotadas para maximizar esse controle sobre a execução orçamentária e sua devida divulgação para viabilizar o controle social e o princípio da transparência ativa.

DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	DESTINATÁRIO	BENEFÍCIOS ESPERADOS	CLASSE DE BENEFÍCIO	DIMENSÃO AFETADA	REPERCUSSÃO
Recomenda-se atualizar o site institucional, na aba correspondente a demonstrações contábeis, a partir do exercício de 2021.	Pró-Reitoria de Administração (PROAD)	Atualização da aba correspondente as demonstrações contábeis a partir do exercício de 2021, no site institucional	Qualitativo (Medida de aperfeiçoamento da prestação de serviços públicos)	Afeta pessoas, infraestrutura e/ou processos internos	Tático-Operacional

[1] As informações socializadas pela PROAD/RE estão contidas no processo 23421.003624.2024-17.

[2] Disponível em: https://suap.ifrn.edu.br/plan_estrategico/pdi/1/farol_consolidado/. Acesso em: mar. 2025.

Isabel Cristina da Costa Nascimento Lisboa
Auditora Interna | Mat. SIAPE nº 1968821

Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira
Auditora Interna | Mat. SIAPE nº 1730137

Revisado por:
Sandro Fernandes
Auditor Interno | Mat. SIAPE nº 1525677

De acordo,

Nathália de Sousa Valle da Silva
Chefe da Auditoria Interna
Mat. SIAPE nº 1833568

Documento assinado eletronicamente por:

- Isabel Cristina da Costa Nascimento Lisboa, AUDITOR, em 27/03/2025 14:52:29.
- Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira, AUDITOR, em 27/03/2025 15:15:14.
- Nathalia de Sousa Valle da Silva, AUDITOR(A) - CD4 - AUDGE, em 27/03/2025 15:15:26.
- Sandro Fernandes, AUDITOR, em 27/03/2025 16:21:33.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 17/02/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 842916
Código de Autenticação: 39c30f86ca

